

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 50

Data: 7 de julho de 1982

Pg.: _____



Os ministros Mário Andreazza e César Cals assinam o convênio.

Aldeias na ferrovia vão ter ajuda especial da Funai

BRASILIA (AE) — Numa solenidade de que participaram os ministros das Minas e Energia, César Cals, e Mário Andreazza, do Interior, foi assinado ontem, em Brasília, um convênio entre a Fundação Nacional do Índio e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que prevê investimentos da ordem de 2,2 bilhões de cruzeiros para 42 aldeias indígenas situadas ao longo da estrada de ferro que está sendo construída para facilitar o escoamento dos minérios a serem extraídos de Carajás. Para o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, essa ação é preventiva, "porque se antecipa ao surgimento de problemas relativos a integração das comunidades indígenas".

Leal acha que o papel do governo "é criar ambiente para que o impacto do desenvolvimento da região não seja sentido de maneira bruta pelos índios". Ele disse que a mesma política está sendo seguida em outras áreas do país, como ao longo da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, e na BR-070, localizada a leste do Estado de Mato Grosso. Segundo o presidente da Funai, a 364 corta 36 quilômetros de reserva Nambiquara, enquanto a BR-070 atravessa uma área Xavante, acrescentando que estas duas comunidades, receberão recursos da ordem de 600 milhões de cruzeiros cada uma.

Durante a solenidade, Leal explicou que a Funai tomou por base a extensão de 100 quilômetros ao longo da estrada como área de ação do convênio. Sua explanação foi iniciada pela afirmação de que a Funai tem três eixos principais para o desenvolvimento de seu trabalho: a opinião pública, nacional e internacional, a falta de mão de obra especializada, e os recursos financeiros.

Em seu discurso, Mário Andreazza afirmou que 4360 índios serão beneficiados com o programa, que será financiado pelos governos federal e estadual e pelo Banco Mundial.

Andreazza garantiu que não ocorreram modificações substanciais no projeto original de sua pasta que define uma política florestal para a Amazônia, estabelecendo um zoneamento econômico-ecológico para a região. O ministro reiterou que o governo está preocupado "com a necessidade de ter todo o cuidado" com relação a implantação de projetos agropecuários nas áreas de florestas tropicais-úmidas.

No entanto, quanto ao prazo em que o projeto será aprovado no âmbito do Executivo (a última informação é de que ele se encontraria no Gabinete Militar da Presidência da República),

o ministro disse apenas que isto ocorrerá "nos próximos meses". Para justificar a demora em relação a Amazônia já estaria definida no ano passado, Andreazza afirmou que, "como se trata de um assunto complexo", o governo está realizando amplas consultas antes de dar seguimento ao projeto.

RESPEITO
O ministro das Minas e Energias, César Cals, garantiu, ontem, durante a assinatura do convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce e Fundação Nacional do Índio, para preservar as populações indígenas que habitam a área do Projeto Carajás, que o desenvolvimento do projeto será feito de maneira a "respeitar aquelas populações indígenas".

Segundo ressaltou o ministro, a sua pasta tem procurado trabalhar articuladamente com os órgãos de preservação ambiental e desenvolvimento do Ministério do Interior, principalmente nas várias bacias hidráulicas do país, onde a preservação do meio ambiente e a manutenção da qualidade da água são prioridades.

PROFESSORES

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), coronel Paulo Moreira Leal, disse ontem, durante a assinatura do convênio com a Companhia Vale do Rio Doce, que os recursos de US\$ 13 milhões destinados a preservar as populações indígenas que habitam a região do Projeto Carajás, darão perfeitamente para suprir as necessidades dessas populações "porque é fruto de um estudo profundo, e tudo foi analisado, pesquisado e projetado com muito cuidado".

Segundo o presidente da Funai, já no próximo mês de agosto, os recursos começarão a ser enviados à região do Carajás, beneficiando dez grupos indígenas, sendo cinco no Maranhão, quatro no Pará e um de Goiás.

Ressaltou que o principal objetivo desse programa é integrar esses grupos da melhor maneira possível à sociedade dando ênfase aos setores de saúde e educação, onde deverá ocorrer, uma novidade: os próprios índios serão utilizados como professores.

Paulo Leal disse que deverá haver muita dificuldade em conseguir professores "brancos" para a educação, uma vez que muitos desses grupos indígenas têm idiomas bastante diferentes, citando como exemplo, os Xavantes, que falam três idiomas, "o que poderá criar uma barreira quase que intransponível entre o professor branco e o aluno índio.

— "Assim sendo — concluiu o presidente da Funai — preparar alguns índios para o ensino de seus iguais será bem mais prático.